

## ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE JOÃO PESSOA

**Estudo Técnico Preliminar 18/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64240.008672/2026-62

**2. Descrição da necessidade****Material Hidráulico**

2.1 Aquisição de materiais hidráulicos destinados à execução de manutenção preventiva e corretiva das instalações hidrossanitárias da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (B Adm Gu JP), do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (15º BI Mtz) e do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RC Mec), bem como dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) a elas vinculados, com vistas a assegurar a continuidade, a segurança e a eficiência do apoio logístico às atividades administrativas, operacionais e de instrução desenvolvidas pelas referidas Organizações Militares.

2.2 A presente demanda encontra amparo na necessidade permanente de conservação, adequação e restabelecimento das condições de funcionamento das instalações hidrossanitárias das Organizações Militares e dos PNR, constituindo requisito indispensável à garantia da salubridade das edificações, da integridade física dos usuários e da continuidade dos serviços públicos prestados no âmbito da Administração Militar.

2.2.1 Os materiais hidráulicos configuram insumos essenciais e estratégicos para o adequado funcionamento dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem, abrangendo, entre outros, tubulações, conexões, válvulas, registros, dispositivos de controle e componentes de distribuição. A indisponibilidade ou inadequação desses insumos pode ensejar vazamentos, entupimentos, perda de pressão, contaminação da água e demais anomalias hidráulicas, com potencial de ocasionar interrupção de atividades, danos ao patrimônio público e riscos à saúde do efetivo e de terceiros.

2.2.2 Ressalte-se que o 15º BI Mtz e o 16º RC Mec desempenham atividades de elevada relevância operacional, incluindo instrução, adestramento, operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e apoio à Defesa Civil, as quais dependem diretamente da adequada infraestrutura hidrossanitária das instalações militares, notadamente no que se refere ao funcionamento de sistemas de abastecimento de água, instalações sanitárias, drenagem e áreas operacionais. De igual modo, a Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa exerce atividades essenciais de apoio administrativo, logístico e de gestão patrimonial, igualmente dependentes da regularidade e confiabilidade dos sistemas hidráulicos. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de manutenção de elevado grau de disponibilidade, segurança e eficiência das redes hidrossanitárias em todas as Organizações Militares envolvidas.

2.2.3 A centralização da aquisição no âmbito da B Adm Gu JP revela-se medida que atende aos princípios da eficiência, economicidade e padronização administrativa, ao propiciar racionalização de procedimentos, ganho de escala, uniformização de especificações técnicas e maior controle sobre o ciclo logístico dos materiais, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.4 Ademais, a adequada manutenção das instalações hidráulicas das Organizações Militares e dos PNR contribui diretamente para a mitigação de riscos de vazamentos, infiltrações e contaminações, promovendo a salvaguarda da saúde do efetivo militar, de seus dependentes e de terceiros, bem como a preservação do patrimônio público sob responsabilidade da Administração.

2.3 Os bens objeto da presente contratação enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos

por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a adequada caracterização no instrumento convocatório. Tal enquadramento fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- a) ampla disponibilidade no mercado fornecedor;
- b) padronização técnica consolidada;
- c) possibilidade de comparação objetiva entre as propostas;
- d) inexistência de necessidade de avaliação técnica complexa;
- e) definição por especificações usuais e amplamente difundidas;
- f) viabilidade de julgamento objetivo; e
- g) atendimento satisfatório das necessidades administrativas por soluções padronizadas.

2.4 A não efetivação da contratação implicará a progressiva degradação das instalações hidrossanitárias das Organizações Militares e dos PNR, comprometendo a continuidade dos serviços essenciais e a adequada execução das atividades administrativas, operacionais e de instrução.

2.4.1 Tal cenário poderá acarretar aumento da incidência de vazamentos, entupimentos, interrupções no abastecimento de água, elevação de custos com intervenções corretivas emergenciais, danos à infraestrutura, bem como incremento do risco de ocorrência de problemas sanitários, com potencial impacto à saúde do efetivo e de seus dependentes.

2.4.2 Outrossim, a indisponibilidade ou inadequação das instalações hidrossanitárias poderá comprometer a capacidade de funcionamento contínuo e eficiente das Organizações Militares envolvidas, afetando tanto a execução das atividades operacionais quanto o regular desempenho das funções administrativas, logísticas e de gestão sob responsabilidade da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, com reflexos diretos na qualidade do apoio prestado, na gestão dos recursos públicos e no cumprimento das atribuições institucionais.

2.5 No que tange aos aspectos ambientais, a contratação deverá observar as disposições da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS), especialmente no que se refere à gestão e destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados, tais como tubulações, conexões, válvulas e demais materiais hidráulicos classificados como resíduos sólidos ou sujeitos a sistemas de logística reversa. Sempre que aplicável, deverá ser exigido do fornecedor o cumprimento das obrigações legais pertinentes, inclusive quanto à implementação de mecanismos de logística reversa, em conformidade com a legislação vigente.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Serviços Gerais da B Adm Gu JP	Edeilson Francelino Lopes – 3º Sgt
Seção de Serviços Gerais do 15º BI Mtz	DIOMAR MENDES RIBEIRO – S Ten
Seção de Serviços Gerais do 16º RC Mec	WUELLINTON DOS SANTOS PEREIRA DE ANDRADE – CB

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas anteriormente apresentadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual, limitando-se à vigência ordinária de até 12 (doze) meses, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2 Não há necessidade de a contratada promover transição contratual à eventual nova contratada, tendo em vista que o objeto não envolve prestação de serviço contínuo nem demanda transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas.

4.3 A aquisição de materiais hidráulicos possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a adequada caracterização do objeto no instrumento convocatório.

4.3.1 Dessa forma, a modalidade licitatória mais adequada é o Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza comum dos bens a serem adquiridos.

4.4 Além das características usuais de mercado, os itens a serem licitados deverão, sempre que possível, atender a critérios de sustentabilidade ambiental, observando-se as diretrizes da legislação vigente.

4.5 Deverá ser priorizada a utilização de itens sustentáveis disponíveis nos catálogos oficiais do Governo Federal, tais como o CATMAT/CATSERV, quando aplicável.

4.6 A empresa a ser contratada deverá garantir a qualidade dos materiais fornecidos, observando os prazos mínimos de garantia previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e nas normas técnicas aplicáveis, bem como prestar, quando cabível, suporte ou assistência técnica em caso de defeitos de fabricação.

4.7 A subcontratação não será admitida, tendo em vista a natureza do objeto e a necessidade de responsabilidade direta da contratada pelo fornecimento dos materiais.

4.8 A licitante interessada deverá ser empresa do ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, demonstrando capacidade para o fornecimento dos materiais nas condições, quantidades e prazos estabelecidos.

4.9 O credenciamento junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal, bem como a presunção de sua capacidade técnica para a realização das contratações.

4.10 A licitante deverá realizar os cadastros exigidos, conforme especificado no edital, bem como manter atualizados seus dados no SICAF, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas.

4.11 A entrega do objeto deverá ocorrer em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais indicados pelas Unidades requisitantes, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar informações como marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

4.12 A contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4.13 No que se refere aos aspectos ambientais, a contratada deverá observar a legislação vigente, especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados, tais como tubulações, conexões, válvulas e demais materiais hidráulicos que demandem descarte específico, promovendo, quando aplicável, a logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e normas correlatas.

4.14 Quando aplicável, os materiais hidráulicos deverão atender às normas técnicas vigentes, especialmente às normas da ABNT, bem como possuir certificação compulsória do INMETRO, quando exigida, garantindo padrões mínimos de qualidade, segurança e eficiência no uso dos sistemas hidrossanitários.

4.15 A definição de requisitos de qualidade e certificações (como selos PBQP-H ou conformidade com normas ABNT) busca assegurar a durabilidade dos materiais. Para a Administração, o menor preço deve estar aliado à qualidade, evitando manutenções recorrentes e infiltrações que comprometem a estrutura física dos imóveis, o que atende ao princípio da economicidade no longo prazo.

4.16 Materiais hidráulicos de baixa qualidade podem contaminar a água potável ou causar rompimentos severos. Justifica-se a exigência de requisitos rigorosos para garantir a integridade física dos servidores e do público atendido, minimizando riscos de acidentes de trabalho e danos ao patrimônio público.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, e contato com fornecedores especializados, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

5.2 Foi analisado, também, o processo de contratação de objeto idêntico realizado por esta Base visando atender o GCALC Gu JP do ano de 2025, de forma a se averiguar as descrições dos itens elencados, as condições de contratação, as necessidades específicas com relação ao fornecimento dos materiais, bem como todas as informações úteis e relevantes que podem influenciar no processo de contratação atual.

5.3 Foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisas:

5.3.1 Painel de Preços e PNCP: Consulte contratações similares no Painel de Preços e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.3.2 Mídia Especializada: Sites de fabricantes e tabelas de referência de preços.

5.3.3 Cotações com Fornecedores: Solicite orçamentos detalhados, garantindo que as empresas tenham ramo de atividade compatível.

5.3.4 Base Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas: Pesquise valores praticados em vendas reais recentes.

5.4 Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação, a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou as seguintes considerações:

a) O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

b) Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

c) Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

d) Nas pesquisas feitas pela Equipe de Planejamento não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar;

e) A aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas;

f) Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento;

g) Não se mostrou vantajosa a adoção de soluções alternativas, como a contratação conjunta com serviços de manutenção predial, tendo em vista que a aquisição segregada de materiais hidráulicos proporciona maior controle logístico, padronização dos itens e melhor gestão dos estoques, além de possibilitar ganhos de escala e maior economicidade;

5.5 Considerando as soluções disponíveis, a realização de uma contratação específica mostrou-se mais vantajosa para o órgão, considerando aspectos econômicos e de gerenciamento;

5.6 A solução escolhida objetiva manter o princípio da economicidade, optando pela contratação ser realizada com fornecedores especializados.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1 A solução consiste na aquisição de materiais hidráulicos, conforme Documento de Formalização da Demanda, pelo período de 12 (doze) meses, com fornecimento parcelado, de acordo com as necessidades das Organizações Militares demandantes, após a emissão da respectiva nota de empenho.

6.2 A opção pela contratação sob demanda tem por objetivo possibilitar a aquisição dos materiais de forma parcelada, conforme a necessidade, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo riscos de perdas e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

6.3 A solução considerada mais vantajosa neste Estudo Técnico Preliminar é a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista a natureza comum dos bens, a ampla competitividade do mercado e a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

6.4 A empresa contratada deverá fornecer os materiais hidráulicos em perfeitas condições de uso, observando as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, devendo os produtos atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da ABNT, bem como possuir certificação do INMETRO, quando exigida.

6.5 A contratada deverá realizar o fornecimento e a entrega dos materiais nos endereços, prazos e horários estabelecidos no Termo de Referência, atendendo às demandas das Unidades requisitantes.

6.6 A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma integral ou parcelada, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota de empenho, conforme demanda das Unidades requisitantes, sendo a contratação preferencialmente realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, em razão da imprevisibilidade da demanda e da necessidade de aquisições frequentes ao longo do período de vigência.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1 As estimativas das quantidades foram previamente definidas conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD), devidamente aprovado pelo Ordenador de Despesas, com base nas necessidades apresentadas pelas Unidades requisitantes.

7.2 Conforme a Portaria – SEF/C Ex nº 209, de 24 de agosto de 2022, e Portaria – SEF/C Ex nº 211, de 24 de agosto de 2022, foram cassadas as autonomias administrativas do 16º RC Mec (UASG 160172) e do 15º BI Mtz (UASG 160174), respectivamente, em 31 de dezembro de 2022, sendo concedida autonomia administrativa parcial à Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (UASG 160175), no contexto do processo de reestruturação administrativa. Dessa forma, o 16º RC Mec e o 15º BI Mtz passaram à condição de Unidades Gestoras Vinculadas, cabendo à B Adm Gu JP a responsabilidade pela aquisição de materiais e contratação de serviços necessários ao atendimento de suas demandas, no âmbito da gestão orçamentária e financeira. Assim, justifica-se a consolidação das demandas dessas Organizações Militares no presente processo de contratação.

7.3 As demandas apresentadas pelas Organizações Militares envolvidas – Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa, 15º Batalhão de Infantaria Motorizado e 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado – foram consolidadas em um único Documento de Formalização da Demanda (DFD), anexo a este Estudo Técnico Preliminar, contendo os quantitativos de materiais hidráulicos necessários ao atendimento das necessidades dessas unidades. Tais quantitativos foram levantados e validados pelos respectivos Pelotões de Obras das Organizações Militares, na qualidade de setores requisitantes, com base em históricos de consumo, registros de manutenção predial e hidrossanitária, inspeções técnicas das instalações e levantamentos das condições das redes hidrossanitárias, bem como na previsão de demandas futuras relacionadas à manutenção preventiva e corretiva das instalações hidráulicas das OM e dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) vinculados.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 791.430,94

8.1 A presente contratação tem valor estimado de R\$ 791.430,94 (setecentos e noventa e um mil e quatrocentos e trinta reais e noventa e quatro centavos).

8.1.1 O referido valor foi determinado após ampla pesquisa de preços seguindo os parâmetros da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, conforme documentação juntada aos autos.

## 8.2 Metodologia de Levantamento de Preços

8.2.1 Fontes Utilizadas: A estimativa foi fundamentada em pesquisas de mercado. Foram priorizados preços de contratações similares de outros entes públicos (extraídos da ferramenta Pesquisa de Preços: <https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/pesquisa>) realizados nos últimos 180 dias, garantindo a atualidade dos valores.

## 8.3 Análise de Viabilidade Econômica

8.3.1 Custo-Benefício: O valor estimado justifica-se pela necessidade de adquirir materiais que atendam aos requisitos de durabilidade e conformidade com as normas ABNT. A escolha por itens de qualidade superior, embora possa elevar o custo inicial, apresenta-se como a solução mais vantajosa ao reduzir gastos futuros com manutenções corretivas e substituições precoces.

8.3.2 Economia de Escala: A estimativa considerou o agrupamento de itens correlatos para potencializar a economia de escala, visando atrair mais fornecedores e obter descontos maiores devido ao volume de aquisição.

## 8.4 Memória de Cálculo e Parâmetros

8.4.1 Quantitativo Histórico: As quantidades foram estimadas com base no histórico de consumo dos exercícios anteriores e no levantamento de demandas reprimidas das secretarias requisitantes, evitando compras excessivas ou insuficientes.

8.4.2 Atualização Monetária: Considerou-se a variação sazonal de preços de insumos (como PVC e metais) para assegurar que o valor estimado esteja alinhado com as condições reais de fornecimento no momento da licitação.

8.1.2 O valor estimado da contratação refere-se ao somativo das necessidades da B Adm Gu JP (UGG), 15º BI Mtz e 16º RC Mec (OMV à B Adm Gu JP).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A Lei nº 14.133/2021 incentiva o parcelamento do objeto nas licitações, conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, e no art. 47, §1º, com o objetivo de ampliar a competitividade e assegurar o melhor aproveitamento do mercado.

9.2 O Tribunal de Contas da União, por meio da Súmula nº 247, reforça essa diretriz ao estabelecer que é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, desde que o objeto seja divisível e o parcelamento não comprometa a economia de escala ou a integridade do conjunto:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” (Súmula nº 247-TCU).

9.3 Optar pelo parcelamento do objeto nesta contratação oferece diversas vantagens, alinhadas com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade:

9.3.1 Aumento da Competitividade: o parcelamento permite a participação de um número maior de fornecedores, incluindo micro e pequenas empresas, que podem não ter capacidade para fornecer a totalidade do objeto, mas estão

aptas a fornecer itens específicos, ampliando a competitividade do certame e favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

9.3.2 Adequação às Necessidades e à Realidade do Mercado: a divisão do objeto em itens distintos possibilita a contratação de fornecedores especializados, promovendo maior qualidade no fornecimento dos materiais hidráulicos e melhor atendimento às necessidades das Organizações Militares.

9.3.3 Eficiência na Execução: o parcelamento possibilita maior flexibilidade na gestão das aquisições, permitindo o fornecimento dos materiais de forma parcelada, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária, sem comprometer a continuidade das atividades das Organizações Militares.

9.3.4 Mitigação de Riscos: a contratação por itens reduz a dependência de um único fornecedor, permitindo à Administração mitigar riscos relacionados ao fornecimento, assegurando maior continuidade e confiabilidade no atendimento das demandas.

9.4 No que se refere à economia de escala, embora o parcelamento possa, em tese, reduzir ganhos decorrentes de contratações globais, tal desvantagem é mitigada pelas vantagens associadas ao aumento da competitividade e à especialização dos fornecedores, não havendo prejuízo à eficiência ou à integridade do conjunto do objeto.

9.5 Diante do exposto, e em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, opta-se pelo parcelamento do objeto como a solução mais adequada para esta contratação, por assegurar a melhor relação custo-benefício, ampliar a participação de licitantes e garantir o fornecimento de materiais hidráulicos com a qualidade necessária ao atendimento das demandas da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa e das Organizações Militares vinculadas.

9.6 Considerando a conveniência de realizar a contratação de forma parcelada durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a variabilidade das demandas, a disponibilidade orçamentária conforme descentralizações de recursos e a possibilidade de atendimento a outras Organizações Militares eventualmente participantes ou aderentes, a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 3º, incisos II e III, do Decreto nº 11.462/2023.

9.7 Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, admite-se a possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços por até 12 (doze) meses adicionais, desde que observados os requisitos legais, especialmente:

9.7.1 comprovação da vantajosidade da prorrogação, mediante pesquisa de mercado atualizada;

9.7.2 manifestação formal do fornecedor quanto ao interesse na manutenção das condições pactuadas;

9.7.3 previsão expressa no edital; e

9.7.4 realização do devido reajuste de preços, conforme critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

9.8 No levantamento da estimativa de valores, caso o valor por item ou lote ultrapasse o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser avaliada a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 /2006, com a possível instituição de cota reservada para Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), desde que haja viabilidade técnica e econômica e não haja prejuízo ao conjunto do objeto.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 As contratações correlatas e/ou interdependentes influenciam no levantamento da estimativa da contratação, na medida em que foram analisadas contratações similares já homologadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, conforme demonstrado no Relatório de Pesquisa de Preços.

10.2 A presente contratação, embora autônoma, não apresenta riscos relevantes de dependência com outras contratações, não se vislumbrando, em especial:

10.2.1 Ociosidade de sistemas ou estruturas por ausência de materiais necessários à manutenção das instalações hidrossanitárias;

10.2.2 Necessidade de custos adicionais de adaptação não previstos;

10.2.3 Perda de garantia de equipamentos ou sistemas em decorrência do uso dos materiais a serem adquiridos, desde que observadas as especificações técnicas aplicáveis.

10.3 A presente contratação visa exclusivamente à aquisição de materiais hidráulicos, sendo sua execução independente de outras contratações, não havendo interdependência intrínseca que possa comprometer sua implementação. A eventual realização de contratações correlatas, como serviços de manutenção predial ou hidráulica, não interfere diretamente na aquisição dos materiais, tratando-se de objetos distintos e passíveis de execução autônoma.

10.4 Na estimativa dos quantitativos foram considerados os dados constantes nos Documentos de Formalização das Demandas, com base na série histórica de consumo dos anos de 2023, 2024 e 2025, bem como nas projeções de necessidades futuras relacionadas à manutenção das instalações hidrossanitárias das Organizações Militares e dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR).

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A contratação possui o seguinte alinhamento com o planejamento:

11.1.1 Objetivo Estratégico Organizacional no 3 (OEO 3 – Aprimorar a infraestrutura de segurança, de apoio e de manutenção da OM);

11.2.2 Plano de Gestão 2024-2027 da B Adm Gu JP;

11.2.3 PCA 2026 da B Adm Gu JP, cuja Id pca PNCP: 00394452000103-0-000335/2026, Data de publicação no PNCP: 15/05/2025;

11.2.3.1 Id do item no PCA, 44, Classe/Grupo: DISPOSITIVOS E ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, Identificador da Futura Contratação: 160175-10/2026.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1 Com a presente contratação, busca-se assegurar a disponibilidade contínua e o adequado funcionamento das instalações hidrossanitárias da Base Administrativa da Guarnição de João Pessoa (B Adm Gu JP), do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado (15º BI Mtz) e do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RC Mec), bem como dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR) vinculados, garantindo o pleno apoio às atividades administrativas, logísticas e operacionais.

12.2 Como benefícios diretos, espera-se a melhoria da eficiência e da eficácia na gestão da manutenção predial e hidráulica, por meio da reposição regular de materiais hidráulicos, reduzindo a incidência de vazamentos, entupimentos e falhas nas instalações, bem como os custos associados a intervenções corretivas emergenciais.

12.3 Sob a ótica da economicidade, a contratação possibilitará melhor aproveitamento dos recursos financeiros, especialmente em razão da aquisição centralizada, que favorece o ganho de escala, a padronização dos materiais e maior controle sobre o consumo e a distribuição dos insumos.

12.4 No que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos, a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias contribui para maior produtividade das equipes, evitando interrupções nas atividades administrativas e operacionais, bem como reduzindo a necessidade de retrabalho decorrente de falhas hidráulicas.

12.5 Como benefícios indiretos, destaca-se o aumento da segurança e da salubridade para o efetivo militar, seus dependentes residentes nos PNR e terceiros, a preservação do patrimônio público e a ampliação da vida útil das instalações e equipamentos hidráulicos, além da melhoria das condições de habitabilidade e de trabalho nas Organizações Militares.



12.6 Adicionalmente, a adoção de práticas adequadas de manutenção preventiva e corretiva das instalações hidrossanitárias contribui para impactos ambientais positivos, tais como o uso mais eficiente da água, a redução de desperdícios e o correto gerenciamento e descarte de resíduos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

12.7 Por fim, espera-se que a adequada manutenção das instalações hidrossanitárias contribua para a melhoria da imagem institucional, evidenciando o compromisso da Administração Militar com a boa gestão dos recursos públicos, com a segurança dos usuários e com a eficiência no cumprimento de suas atribuições institucionais.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 Para a adequada implementação da solução em estudo, faz-se necessária a adoção das seguintes providências:

13.1.1 Consolidação da Demanda: levantamento do histórico de consumo de materiais hidráulicos e da previsão de necessidades para os próximos 12 (doze) meses, com base nas informações prestadas pelos Pelotões de Obras das Organizações Militares envolvidas.

13.1.2 Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP): definição da real necessidade da contratação, análise de soluções disponíveis no mercado e avaliação da forma mais vantajosa de aquisição dos materiais.

13.1.3 Definição da Modelagem da Contratação: avaliação da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando a natureza da demanda, a necessidade de fornecimento parcelado e a imprevisibilidade do consumo ao longo do período de vigência.

13.2 Definição de critérios técnicos (Termo de Referência):

13.2.1 Exigência de qualidade: os materiais hidráulicos deverão atender às normas técnicas vigentes, especialmente às normas da ABNT, bem como possuir certificação compulsória do INMETRO, quando aplicável.

13.2.2 Padronização: deverão ser observadas as especificações técnicas das instalações hidrossanitárias existentes, garantindo compatibilidade entre os materiais a serem adquiridos e os sistemas já instalados.

13.2.3 Garantia: deverá ser exigida garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor e nas normas técnicas aplicáveis.

13.3 Sustentabilidade e aspectos ambientais:

13.3.1 Inclusão de requisitos que assegurem a destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados, tais como tubulações, conexões, válvulas e demais componentes hidráulicos.

13.3.2 Exigência de que a contratada observe a legislação ambiental vigente, especialmente a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no que couber, inclusive quanto à logística reversa.

13.4 Pesquisa de mercado e estimativa de preços:

13.4.1 Elaboração de cesta de preços com base em consultas ao Painel de Preços, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), contratações similares e, quando necessário, cotações junto a fornecedores.

13.4.2 Análise crítica da exequibilidade das propostas, com atenção a preços inexequíveis que possam comprometer a qualidade dos materiais fornecidos.

13.5 Gestão e fiscalização da contratação:

13.5.1 Designação de fiscal ou equipe de fiscalização para acompanhamento da execução contratual.

13.5.2 Conferência dos materiais no ato do recebimento, verificando conformidade com as especificações técnicas, qualidade, integridade e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

13.5.3 Implementação de controle de consumo dos materiais, visando melhor planejamento das futuras aquisições e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

### 13.6 Fase externa (licitação):

13.6.1 Adoção da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, em razão da natureza comum dos bens.

13.6.2 Exigência de habilitação técnica compatível com o objeto, de forma a assegurar que os licitantes possuam capacidade para o fornecimento dos materiais nas condições e quantidades demandadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Deverão ser observadas as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU), bem como a legislação ambiental vigente aplicável à matéria.

14.2 No que se refere aos possíveis impactos ambientais decorrentes da aquisição e utilização de materiais hidráulicos, destacam-se:

### 14.2.1 Tubulações, Conexões e Componentes Hidráulicos

a) Poluição por materiais não biodegradáveis: tubulações e conexões em PVC, PPR e outros polímeros possuem lenta degradação, contribuindo para o acúmulo de resíduos sólidos no meio ambiente.

b) Emissão de substâncias tóxicas: a queima irregular desses materiais pode liberar gases nocivos, como dioxinas, prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

c) Descarte inadequado: pode gerar acúmulo de resíduos sólidos de difícil decomposição, impactando o solo e os recursos hídricos.

### 14.2.2 Componentes Metálicos e Dispositivos de Controle

a) Presença de metais: válvulas, registros e conexões metálicas podem conter materiais sujeitos à corrosão e descarte inadequado.

b) Contaminação ambiental: o descarte irregular pode contribuir para a poluição do solo e da água.

### 14.2.3 Providências de Mitigação (a serem previstas no instrumento convocatório)

14.2.3.1 Para mitigar os impactos ambientais identificados, a Administração deverá adotar as seguintes medidas:

a) Logística Reversa: exigir, quando aplicável, que a contratada realize o recolhimento de materiais inservíveis, como tubulações, conexões, válvulas e demais componentes hidráulicos, no momento da entrega de novos itens, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

b) Destinação Final Ambientalmente Adequada: exigir comprovação de que os resíduos foram encaminhados para reciclagem, tratamento ou disposição final adequada, por meio de documentação emitida por empresas licenciadas.

c) Conformidade Ambiental: exigir que as empresas envolvidas no transporte, tratamento ou destinação final dos resíduos possuam as devidas licenças ambientais e, quando aplicável, registro no Cadastro Técnico Federal (CTF /IBAMA).

d) Uso eficiente de recursos hídricos: priorizar, sempre que possível, materiais que contribuam para redução de perdas e desperdícios de água, como dispositivos economizadores e sistemas mais eficientes.

14.3 O não atendimento às normas ambientais aplicáveis poderá ensejar responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente, considerando a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

#### Viabilidade Técnica

- **Finalidade e Interesse Público:** A aquisição é essencial para garantir a manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais e redes de abastecimento. A disponibilidade imediata desses insumos evita a interrupção de serviços públicos essenciais e protege o patrimônio contra danos maiores, como infiltrações e desperdício de água.
- **Padronização e Qualidade:** Os materiais deverão atender às normas técnicas da ABNT, assegurando a compatibilidade com a rede existente e a durabilidade das intervenções.
- **Pronta Resposta:** A manutenção de um estoque mínimo (ou Registro de Preços) permite que a equipe operacional realize reparos diários sem os atrasos de processos de compra individuais para cada ocorrência.

#### 2. Viabilidade Econômica

- **Custo-Benefício:** A realização de uma licitação unificada ou por Sistema de Registro de Preços (SRP) gera economia de escala, obtendo preços mais competitivos do que compras fragmentadas.
- **Prevenção de Prejuízos:** O investimento em materiais para manutenção preventiva reduz gastos futuros com reformas estruturais complexas causadas por vazamentos não sanados tempestivamente.
- **Eficiência Administrativa:** A centralização da compra reduz o custo operacional do setor de licitações, que processa um único certame para suprir diversas secretarias.

### 3. Declaração de Viabilidade (Conclusão)

Diante dos estudos realizados, a equipe de planejamento declara a contratação **VIÁVEL e ADEQUADA**. A solução proposta está alinhada ao Plano de Contratações Anual e os recursos orçamentários são suficientes para suportar a despesa, garantindo o funcionamento contínuo das unidades administrativas.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SAVIO DOMINGOS DE ARAUJO MEDEIROS**

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

**FELIPE ALVES MARTINS**

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

**EDEILSON FRANCELINO LOPES**

Integrante da Área Técnica da Equipe de Planejamento da Contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - BI 37 - Nomeação da Equipe de Planejamento.pdf (221.61 KB)
- Anexo II - 2 - DFD CENTRALIZADO - 90021-2026.pdf (1.05 MB)